

DO PONTO DE VISTA DOS FILHOS: AS MÃES NOS RELATOS DE JOVENS QUE VIVERAM EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ATÉ OS DEZOITO ANOS

SULIANE DA SILVA CARDOSO¹
FERNANDA BITTENCOURT RIBEIRO²

RESUMO

O acolhimento institucional implica na separação de crianças e adolescentes de suas famílias de origem devido a suspeitas ou identificação de violações de direitos. Este estudo apresenta depoimentos de cinco interlocutores com trajetórias marcadas pela intervenção estatal, que permaneceram em instituições de acolhimento até os 18 anos. Por meio da análise de entrevistas semiestruturadas e observações provenientes de uma produção audiovisual entre 2019 e 2023, são delineados retratos em torno das relações de parentesco, destacando, por meio das experiências descritas, continuidades e rupturas presentes entre mães e filhos. Sob o ponto de vista dos filhos, identifica-se que as referências ao modo como as mães se integram em seus percursos de acolhimento não correspondem às imagens historicamente difundidas em torno do entendimento sobre maternidades atravessadas pelo sistema de proteção à infância. Essas imagens tendem a responsabilizar individualmente as mulheres/mães pela institucionalização de seus filhos, reduzindo a dimensão estrutural subjacente a essa realidade.

PALAVRAS-CHAVE

Relações de Parentesco; Maternidade; Sistema de Proteção; Acolhimento Institucional.

FROM THE CHILDREN'S POINT OF VIEW: MOTHERS IN THE REPORTS OF YOUNG PEOPLE WHO LIVED IN INSTITUTIONAL CARE UNTIL THE AGE OF EIGHTEEN

ABSTRACT

Institutional care implies the separation of children and adolescents from their families of origin due to suspicions or identification of rights violations. This study presents testimonies from five interlocutors with trajectories marked by state intervention, who remained in foster care institutions until the age of 18. Through the analysis of semi-structured interviews and observations from an audiovisual production between 2019 and 2023, portraits are outlined around kinship relationships, highlighting, through the experiences described, continuities and ruptures between mothers and children. From the children's point of view, it is identified that references to the way in which mothers are integrated into their care journeys do not correspond to the images historically disseminated around the understanding of maternity wards crossed by the child protection system. These images tend to blame individually women/mothers for the institutionalization of their children, reducing the structural dimension underlying this reality.

KEYWORDS

Kinship Relationships; Maternity; Protection System; Institutional Care.

¹ Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Pós-doutoranda da Anthera: Rede Internacional de Pesquisa sobre Família e Parentesco. Contato: sulianecardoso@gmail.com.

² Doutora em Antropologia Social pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), Paris, França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política (PPGSCP) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Contato: feribeiro@pucrs.br.

DU POINT DE VUE DES ENFANTS: LES MÈRES DANS LES TÉMOIGNAGES DE JEUNES AYANT VÉCU EN PLACEMENT D'ENFANTS JUSQU'À L'ÂGE DE DIX-HUIT ANS

RÉSUMÉ

Le placement d'enfant implique la séparation des enfants et des adolescents de leur famille d'origine en raison de soupçons ou de l'identification de violations de leurs droits. Cette étude présente les témoignages de cinq interlocuteurs aux trajectoires marquées par l'intervention de l'État, restés en institution d'accueil jusqu'à l'âge de 18 ans. À travers l'analyse d'entretiens semi-directifs et d'observations issues d'une production audiovisuelle entre 2019 et 2023, des portraits sont esquissés autour des rapports de parenté, mettant en lumière, à travers les expériences décrites, les continuités et les ruptures présentes entre mères et enfants. Du point de vue des enfants, on constate que les références à la manière dont les mères sont intégrées dans leur parcours de soins ne correspondent pas aux images historiquement diffusées autour de la compréhension des maternités traversées par le système de protection de l'enfance. Ces images tendent à responsabiliser les femmes/mères pour l'institutionnalisation de leurs enfants et à donner moins d'importance à la dimension structurelle qui sous-tend cette réalité.

MOTS-CLÉS

Rapports de parenté ; Maternité ; Système de protection ; Placement d'enfants.

DESDE EL PUNTO DE VISTA DE LOS NIÑOS: LAS MADRES EN LOS RELATOS DE JÓVENES QUE VIVIERON EN ACOGIMIENTO INSTITUCIONAL HASTA LOS DIECIOCHO AÑOS

RESUMEN

El cuidado institucional implica la separación de niños y adolescentes de sus familias de origen por sospechas o identificación de vulneraciones de derechos. Este estudio presenta testimonios de cinco interlocutores con trayectorias marcadas por la intervención estatal, que permanecieron en instituciones de acogida hasta los 18 años. A través del análisis de entrevistas semiestructuradas y observaciones de una producción audiovisual entre 2019 y 2023, se perfilan retratos en torno a las relaciones de parentesco, destacando, a través de las experiencias descritas, continuidades y rupturas presentes entre madres e hijos. Desde el punto de vista de los niños, se identifica que las referencias a la forma en que las madres se integran en sus recorridos de cuidado no corresponden a las imágenes históricamente difundidas en torno a la comprensión de las maternidades atravesadas por el sistema de protección a la infancia. Estas imágenes tienden a culpabilizar individualmente mujeres/madres para la institucionalización de sus hijos, reduciendo la dimensión estructural que subyace a esta realidad.

PALABRAS CLAVE

Relaciones de Parentesco; Maternidad; Sistema de Protección; Medida de abrigo.

INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é legalmente definido (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 101) como uma medida de proteção, determinada exclusivamente pelo poder judiciário, diante de situações de suspeita ou identificação de violação de direitos que, direta ou indiretamente, colocam em questão a família. Na perspectiva teórica em que nos situamos, a medida de acolhimento institucional é entendida como uma tecnologia de governo que, como tal, atua no sentido de regular sujeitos, populações e problemáticas (Fonseca *et al.*, 2016). Como parte do sistema de proteção à infância, o dispositivo de residência provisória incorpora a linguagem dos direitos das crianças e adolescentes e deve colocar em prática os ideais que, desde a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquadram as intervenções estatais sobre infância e família justificadas como ações de proteção relacionadas a violações de direitos. No entanto, cabe lembrar que a história do que hoje no Brasil se denomina como acolhimento institucional é bem mais longa. Ela remonta a obras assistenciais e de caridade que, desde pelo menos um século antes da CDC, foram locais de residência caracterizados pela separação de crianças e jovens de suas famílias de origem (Rizzini, 2011).

As causas e sentidos dessas separações podem ser pensadas como camadas que se sobrepõem numa historicidade que, desde as rodas dos expostos³ até o uso da categoria *crianças de rua*, é marcada pela noção de abandono. Essa referência, assim como a condição de orfandade e a associação com abusos e maus tratos, compõem representações que não só produzem determinadas “paisagens mentais” (Carvalho, 2001) referentes ao acolhimento institucional, como também atuam sobre as identidades sociais e familiares de crianças/adolescentes que, no percurso de suas vidas, residiram nessas instituições. Em fevereiro de 2024, 33.158 crianças e adolescentes residiam em serviços de acolhimento institucional no Brasil, o que corresponde a 16,3 acolhidas(os) por 100 mil habitantes. As regiões Sul e Sudeste apresentam as maiores taxas de acolhimento. O Rio Grande do Sul apresenta mais de duas vezes a média nacional, com 33 crianças e adolescentes em acolhimento por 100 mil habitantes (Aldeias SOS/Instituto Bem-Cuidar, 2024).

Entendemos o tempo de residência no acolhimento institucional como um período liminar (Martin *et al.*, 2020; Ribeiro, 2007; Zonabend, 1996), no qual as crianças/adolescentes vivem a experiência de serem designadas como “crianças do acolhimento”, “crianças do abrigo”, “da casa de passagem”, “da casa lar”. Ou seja, designações que indicam um

³ A *roda dos expostos* (1726–1961) foi um mecanismo utilizado por instituições do estado e da igreja católica para a entrega anônima de recém-nascidos. Um sistema giratório era acoplado à uma parede da Santa Casa de Misericórdia, permitindo que uma criança pudesse ser colocada do lado de fora e recolhida pelo lado de dentro da instituição (Alvarez, 1989; Rizzini; Rizzini, 2004).

pertencimento institucional, ao mesmo tempo que suspendem a referência aos nomes da mãe/pai/familiares. A partir da separação determinada judicialmente, outras pessoas, diferentes dos familiares ou de conhecidos, estarão responsáveis por tudo que envolve o cotidiano das crianças/adolescentes e a passagem pelo sistema pode significar a total redefinição do parentesco, representada pela adoção.

No caso dos jovens cujos relatos serão apresentados a seguir, visto que permaneceram em instituição até os dezoito anos, não houve essa redefinição do parentesco, nem a *reintegração familiar*, entendida como o retorno à família de origem. Portanto, desde a determinação da medida de acolhimento, não foi alterada a compreensão de que a mãe ou outros familiares não teriam as condições necessárias para a garantia de seus direitos. Como veremos nos relatos e como demonstram outras pesquisas (Gama, 2018; Ribeiro, 2023), ainda que as relações das crianças institucionalizadas com os seus familiares possam ser bastante diversas, prevalece, no senso comum, uma imagem homogeneizante que as associa a crianças sem família, aquelas que, simplesmente, teriam sido abandonadas (Venâncio, 2010; Fonseca, 2012; Diotti, 2018). Isso fica evidente, por exemplo, quando observamos a política de adoção ser entendida como principal recurso para a redução do número de crianças e adolescentes institucionalizados (Fonseca, 2019).

Neste artigo, apresentamos relatos de cinco jovens que viveram em acolhimento institucional até os dezoito anos, a fim de colocar em relevo seus pontos de vista em relação às suas mães, no contexto da medida de acolhimento institucional determinada pelo sistema de proteção à infância. Entre 2019 e 2023, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com esses jovens e incorporamos também algumas trocas ocorridas por ocasião da realização do curta-metragem “Egresso”⁴. Os interlocutores desta pesquisa são André, Gisele, José Carlos, Marcela e Roberto. Em 2019, 2020 e 2021, André, Gisele e José Carlos participaram de entrevistas semiestruturadas e, em 2023, José Carlos, Marcela e Roberto foram selecionados para a produção do curta-metragem. Todos residem na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Chegamos até eles(as) por meio de conhecidos e a partir da divulgação da produção do audiovisual. Seus relatos são oriundos, portanto, de entrevistas, assim como dos áudios e vídeos resultantes da observação dos bastidores das gravações do filme, incluindo trechos de conversas entre eles e outros participantes da produção.

Ao focalizarmos suas perspectivas, nos somamos a pesquisadoras que têm buscado abordar as relações de parentesco e de parentalidade a partir da posição de filho/filha

⁴ As entrevistas e a realização do curta-metragem integram a tese de doutorado em Ciências Sociais da primeira autora, intitulada “*Com dezoito vai ter que sair*”: a idade como único critério para o desacolhimento institucional (Cardoso, 2023). Na produção audiovisual, José Carlos, Roberto e Marcela, além de outros cinco participantes, relatam suas experiências pregressas no sistema de acolhimento institucional e como suas vidas foram atravessadas pela determinação judicial que implicou na separação familiar. Disponível em: <https://youtu.be/5badMCUieDw?si=fblakAyDBzGd1swq>. Acesso em: 8 jul. 2024.

entendida como relacional e ocupada por cada um de forma ativa (Ribeiro, 2023; Sarcinelli; Martial; Martin, 2022; Sarcinelli, 2020; Ganne, 2014; Mason; Tiper, 2008). Ao retomar os relatos dos cinco jovens, interessa-nos observar como eles(as) integram as mães em seus percursos no acolhimento (Potin, 2012), tanto no que se refere à determinação da medida, quanto ao vivido da institucionalização. Para além da experiência individual, entendemos os seus relatos como algo que se constituiu a partir das interações e interlocuções das quais participaram (Potin, 2012; Castilho, 2013). Nesse sentido, são discursos que, enquanto tais (Bakhtin, 2003; Foucault, 2012), contêm uma dimensão coletiva em termos do que foi vivido, dito e contado ao longo do acolhimento institucional, por pessoas diversamente posicionadas. Veremos nos relatos que, ao mesmo tempo em que eles trazem elementos que se repetem, o contar em primeira pessoa também abre espaço para nuances e singularidades relacionadas à figura da mãe e à própria experiência no acolhimento institucional.

A seguir, apresentaremos o que nomeamos como “retratos” traçados por André, José Carlos, Gisele, Marcela e Roberto, acerca de seus percursos no acolhimento institucional, tendo como foco suas referências às mães. Por meio do ponto de vista dos filhos/filhas, buscamos jogar luz sobre os diferentes contextos, vivências e sentimentos relacionados à experiência de institucionalização, observando como a intervenção estatal sobre suas famílias participou dos vínculos e das rupturas que se produziram ao longo da medida de acolhimento. A reconstituição dos relatos, a partir das referências às mães, visa ampliar a visão acerca de mulheres cujos filhos foram institucionalizados e sobre o modo como eles(as) viveram e entendem a medida de acolhimento e o contexto em que se encontravam quando foram considerados em situação de violação de direitos. Ao utilizarmos o termo “retrato”, buscamos situar suas falas como produtoras de uma determinada imagem da mãe, traçada no presente e sujeita, portanto, a reelaborações ao longo de suas vidas.

RETRATO 1: “A GENTE JÁ SABIA PORQUE A GENTE NÃO VERIA ELA...” (ANDRÉ)

André se autodeclara moreno e tem 21 anos. A medida de acolhimento institucional foi determinada ao grupo de três irmãos quando ele tinha cinco anos. André conta que seu pai, Gláucio, “batia muito” em Rosângela, sua mãe, e que, por isso, ela tomou a iniciativa da separação: “daí acabou indo para um abrigo, para o primeiro abrigo, por causa disso, e depois de lá, ela não parava em um abrigo certo e daí acabou a gente indo para o acolhimento” (André, entrevista em maio de 2021). Este relato que remete à violência doméstica sofrida por Rosângela é o único momento da entrevista em que André faz referência ao pai.

Como outro elemento determinante da medida de acolhimento, ele menciona o uso abusivo de substâncias químicas: “a minha mãe, ela usava muitas drogas, então, acabou que

esse abrigo, o abrigo Amanhecer, acabou indo buscar a gente, tirando a gente dela, entendeu?” (André, entrevista em maio de 2021). André considera o período de separação familiar como um momento muito difícil, que teria tido efeitos em seu comportamento, sendo o principal motivo para que, durante o ensino fundamental, ele “só quisesse saber de briga” e fosse expulso de três escolas:

Nesse meio tempo foi de bastante agito até porque incomodava demais na época, brigava demais no colégio, essas coisas assim. Mas, com o tempo, eu fui me acalmando e tal, porque praticamente era tudo porque eu tinha acabado de sair da minha mãe e tal, aí eu fiquei muito agitado assim, meio nervoso. Foi até os dezesseis anos que eu fiquei assim (André, entrevista em maio de 2021).

André e os irmãos recebiam visitas de Rosângela, até que foram transferidos para uma casa lar⁵. A partir daí, a mãe não pôde mais visitá-los. André conta que não houve, por parte da equipe técnica da casa lar, maiores explicações sobre os motivos pelos quais as visitas da mãe cessaram, mas que ele e os irmãos acreditavam que fosse em razão da dependência química: “A gente já sabia porque a gente não veria ela...”:

Teve um tempo que, antes da gente ir pra casa lar, eles liberaram a minha mãe de ir lá ver a gente, até um certo ponto, daí ela parou de ir lá e eles pararam de deixar também, daí, no caso, a gente acabou indo para a casa lar, daí a gente não viu mais ela (André, entrevista em maio de 2021).

No depoimento de André, a situação de saúde de Rosângela é referida como um motivo para os planos que ele e os irmãos faziam. Quando deixassem a instituição, ao chegarem aos 18 anos, André e os irmãos sonhavam em conseguir um emprego para levar a mãe para uma clínica de reabilitação. Quando deixou a casa lar aos 18 anos, por sugestão do irmão mais velho, André foi morar com uma antiga mãe social da casa lar em que residiu e com quem havia estabelecido uma relação afetiva. Atualmente, ele mora sozinho, trabalha em uma empresa de comércio online e sonha em ser médico: “[...] um dos meus focos, que depois que eu saí dali, eu continuo pensando até hoje, é eu ser médico, tá ligado? É uma coisa que eu quero muito” (André, entrevista em maio de 2021). Ele afirma que ainda recebe notícias de Rosângela, através do contato com uma dinda: “[...] ela continua no mesmo estado, sabe?”, referindo-se à dependência química. O desejo compartilhado entre André e os irmãos de levar a mãe para uma clínica de reabilitação continua vivo.

⁵ Casa lar é uma modalidade de residência cuja estrutura tem como premissa a reprodução de um ambiente familiar, a partir de um maior contato afetivo, além de menor número de crianças/adolescentes e de funcionários em comparação à modalidade de residência em acolhimento. A casa lar normalmente é composta por um casal social ou por uma mãe social e até dez crianças ou adolescentes (Fonseca; Schuch, 2009; Prada; Weber, 2016).

RETRATO 2: “ALÉM DE SER MUITO POBRE, TINHA ESSE PROBLEMA DE SAÚDE DA MINHA MÃE...”(JOSÉ CARLOS)

José Carlos se autodeclara negro e tem 22 anos. A medida de acolhimento foi determinada ao grupo de cinco irmãos quando ele tinha 11 anos. Ele tem seis irmãos: cinco foram acolhidos e uma das irmãs permaneceu com a avó paterna. José Carlos relata a institucionalização como consequência das condições de saúde da mãe, Andreia, soropositiva para HIV e dependente química, além da situação de pobreza vivenciada pela família: “então a gente, além de ser muito pobre, tinha esse problema de saúde da minha mãe e o problema em relação ao vício, à droga. Infelizmente, ela fumava crack e era alcóolatra também... então, era algo bem complicado pra gente” (José Carlos, entrevista em maio de 2021). Além de “fatores de pobreza, miséria e drogas”, maus-tratos também teriam sido uma das evidências apontadas pelo judiciário para fazer a destituição familiar. Por isso, foram “levados para uma instituição de acolhimento”.

[...] e ao mesmo tempo mensurar tudo isso em relação à pobreza... então, era mais um peso... porque a gente nunca foi de uma família estruturada. Na verdade, minha mãe teve sete maridos e sete filhos, onde nenhum desses maridos acabou assumindo os seus filhos. Eu, por exemplo, eu nunca conheci meu pai... então, foi algo que, assim... de certa forma, desestruturou a minha família, né? Que poderia ter ajudado muito se eu conhecesse o meu pai, financeiramente, né? Porque eu vou ser bem sincero... durante a minha infância, eu não pude sentir falta dele porque a gente não pode sentir falta daquilo que a gente não tem (José Carlos, entrevista em maio de 2021).

José Carlos afirma que, quando chegaram na instituição de acolhimento, ele sentiu muita dificuldade em entender o que estava acontecendo. Em suas palavras, a separação de sua família foi um dos maiores desafios que já enfrentou: “porque, querendo ou não, no final do dia, ela [a mãe] estava lá”.

Foi algo bem complicado. Sempre digo que não é compreensível, não é compreensível, mesmo que seja uma realidade dura, tirar uma criança de um seio familiar, seja ele agradável ou não aos olhos sociais, e colocar ele numa instituição familiar... que é onde vai mexer com o psicológico, vai mexer com os sentimentos, vai mexer com a instituição familiar, vai mexer com questão de união, questão de fortaleza, onde tá a base, e, infelizmente, querendo ou não, a nossa base sempre foi a nossa mãe (José Carlos, entrevista em maio de 2021).

Andreia, a mãe de José Carlos, costumava visitá-los na instituição, e ele acreditava que, na medida em que as visitas aconteciam com certa frequência, as suas condições de saúde melhoravam:

Alavancou bastante a questão de organização da minha mãe, a questão da família. Foi onde ela pôde ir ver a gente mais vezes. Ela via a gente todos os finais de semana, então, foi algo que fez muito bem pra ela, né! Porque, para uma pessoa que usa drogas, uma pessoa que está em uma situação complicada, geralmente é para fugir de algo, né... então, no momento em que tu coloca do outro lado a família, a união, estar ali presente... isso ajuda as pessoas de certa forma... e a gente percebeu, eu pelo menos percebi, que ela tinha parado bastante de usar drogas, ela não ia mais drogada nas visitas, então, foi algo bem necessário para ela (José Carlos, entrevista em maio de 2021).

Ao longo do tempo, porém, as visitas diminuíram. Em certo período, ela os teria visitado “somente uma ou duas vezes”. Duas transferências de unidade são apontadas por José Carlos como um dos motivos para a menor recorrência das visitas da mãe. Segundo ele, a casa lar em que estava mantinha regras “extremamente diferentes” das instituições anteriores. Depois da última transferência, as visitas da mãe passaram a ser permitidas somente uma vez por mês. José Carlos conta que Andreia teve uma recaída em sua condição de dependência, o que teria resultado na proibição das visitas. Ele descreve o momento da proibição como “triste e desesperador” para ele e os irmãos. Aos dezesseis anos de idade, José Carlos e os irmãos receberam a notícia da morte de Andreia, ocorrida em razão de complicações severas de seu estado de saúde.

Para ele, que já tinha se separado de dois irmãos mais velhos que evadiram da instituição, a perda da mãe foi “a terceira grande perda”: “A gente teve várias perdas, né? A perda da família, a perda de cortar a família, os irmãos ao meio e a terceira perda foi realmente ter perdido a nossa mãe”. José Carlos afirma que a morte da mãe fragilizou sua saúde mental e a casa lar não possuía uma estrutura eficiente para lidar com situações como essa:

Não há estrutura para isso dentro do abrigo. Não há estrutura dentro das casas lares, para uma equipe técnica saber lidar com isso. Foi algo assim, que eu não sabia o que fazer mais, porque eu já estava muito desgastado, né, com esse viver de troca de abrigos, de familiares, de drogas e minha mãe, e minha mãe estar doente. Então, quando minha mãe faleceu, eu realmente achei que ia perder a cabeça (José Carlos, entrevista em maio de 2021).

RETRATO 3: “EU NÃO CONSIGO PERDOAR ELA, PORQUE ELA FEZ ISSO COM A GENTE...” (GISELE)

Gisele se autodeclara negra e tem 23 anos. A medida de acolhimento foi determinada ao grupo de cinco irmãos quando ela tinha nove anos. Gisele conta que, em sua rotina na infância, era comum que ficasse sozinha em casa com os irmãos. Marília, sua mãe, trabalhava como diarista em um bairro nobre de Porto Alegre. Paulo, o pai de Gisele, foi embora quando ela era bem pequena: “eu lembro ainda assim, sabe? Eu tinha o reflexo dele na minha cabeça, do rosto dele, do jeito que ele era” (Gisele, entrevista em janeiro de 2022). Sobre a institucionalização, ela afirma que a situação familiar ficou mais difícil quando a mãe iniciou um relacionamento, assim como o uso de substâncias químicas:

Ela era faxineira. Ela trabalhava em casas faxinando e, nesse tempo, ela tinha, eu me lembro até hoje... uns meses antes, ela tinha conhecido um cara. Só que esse cara sempre oferecia droga pra ela. E ela dizia que não aceitava, que não gostava. Mas teve um tempo que ela começou a usar e foi nisso que ela foi trabalhando [saía para trabalhar], ficava cinco dias fora e voltava. Mesmo dando tudo pra gente, não deixando faltar nada, ela voltava. Aí depois ela foi indo, foi indo, e nunca mais voltou. E, pra nós era normal, porque uma hora ela ia voltar. Ela ia chegar. Passou uns dois meses, três meses e ela não voltava. [...] Dava pra ver que ela gostava muito do cara, e ela deixava a gente assim... dava dinheiro pra gente, pra gente ir no mercado, pra comprar doce, e ela ficava dentro de casa

com o cara usando, pra não usar na nossa frente, mas eu sabia que ela usava, porque ela guardava as coisas em cima, mas eu sempre fui mexeriqueira, sabe? E eu olhava, ficava só cuidando. [...] Mas daí o cara dizia pra ela que não ia mais ficar com ela porque ela não queria usar junto com ele, que ele achava ruim. Foi nesse tempo que ela disse que ia trabalhar e não voltou mais (Gisele, entrevista em janeiro de 2022).

Na ocasião, os irmãos de Gisele foram levados para uma unidade de acolhimento, enquanto ela permaneceu morando na casa de uma madrinha, na mesma vizinhança, durante o período de um ano, sem ter contato com os irmãos: “Ela era minha dinda e eu vivia na casa dela com as filhas dela brincando”.

Nesse dia a gente resolveu sair. Porque, como só estava eu e meus irmãos, eu sempre ficava na casa dela e a gente resolveu sair, porque na minha cabeça, minha mãe ia voltar. Alguma hora ela ia voltar, porque ela já tinha feito isso e voltou. Só que ela foi pra trabalhar e ficou seis dias fora... nesse tempo, ela não voltou mais. Daí eu fiquei com ela enquanto meus irmãos tinham ido pra um abrigo. Eu não queria de jeito nenhum ir para o abrigo porque foi difícil pra mim, porque eu era a filha... tinha bastante filhos, mas eu era a filha mais apegada à minha mãe e sempre fui a mais apegada com a minha mãe. E, quando aconteceu isso, eu fiquei assim: “não acredito, não acredito” (Gisele, entrevista em janeiro de 2022).

Gisele conta sobre a situação de acolhimento, um ano depois: “A minha irmã fugiu do abrigo para vir me buscar para ir com eles. A mulher que estava comigo não conseguiu pegar minha guarda, que a minha mãe não tinha perdido ainda a minha guarda, aí eu tive que ir com eles para o abrigo. Eu não tive escolha” (Gisele, entrevista em janeiro de 2022). Um ano depois de ter sido acolhida, a irmã mais nova de Gisele foi adotada, momento em que ela se deu conta de que a separação com a mãe seria definitiva. Sobre mais essa ruptura familiar, Gisele relata:

Foi ali que eu vi que a minha mãe não podia pegar a gente de volta, mesmo se, do nada, ela aparecesse. [...] Eu tinha dez anos e eu não aceitava. Até hoje meio que eu não aceito. Mas a minha irmã mais velha diz que é meio que um preconceito meu. Porque ela foi adotada por uma senhora, daí eu fico pensando... ah, naquela época, né... e se a senhora acontece alguma coisa? Pega alguma coisa aí e falece, né? Naquele tempo ela estava no processo, que até se adaptar. E se acontecesse alguma coisa com essa senhora, ela ia voltar para o abrigo, ela não iria pra casa lar com a gente. Eu não aceitava. E eu sofri bastante, bastante. Eu não aceitava de jeito nenhum. Foi bem difícil essa parte. Foi mais difícil do que sair de perto da minha mãe (Gisele, entrevista em janeiro de 2022).

Gisele afirma que a mãe nunca os visitou e que ela nunca mais ouviu ou teve notícias suas, motivo pelo qual até hoje não sabe “se ela está viva ou se está morta”:

Até hoje, se um dia, não sei, se eu ver ela na rua, eu não consigo perdoar ela. Porque ela fez isso com a gente. Mesmo as pessoas falando pra mim, “ah, tu tem que perdoar ela, tu não sabe o que a tua mãe passava na cabeça”, mas ela tinha que entender que tinha cinco filhos, e que ela era pra nos proteger. Eu fico com isso na cabeça (Gisele, entrevista em janeiro de 2022).

RETRATO 4: “TU SABE QUE EU SEMPRE FIZ O MEU MELHOR, NÉ, FILHO?” (ROBERTO)

Roberto se autodeclara indígena e tem 19 anos. A medida de acolhimento foi determinada ao grupo de onze irmãos quando ele tinha 13 anos. Ele conta que, ao chegar na casa lar, sentiu que a sua realidade havia se transformado: “Só que é uma outra realidade,

sabe? Uma realidade de... parece uma pessoa rica, sabe? Uma realidade de uma casa linda, comida à vontade, tem tudo o que precisa, xampu, condicionador, tem amigos ali, sabe... tem pessoas do teu lado” (Roberto, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

Em sua lembrança, a institucionalização ocorreu “por conta da dependência química e do trabalho que a minha mãe tinha, que era a prostituição [...] por conta dos pais de todos nós, os onze irmãos, que nos abandonaram. A minha mãe teve que enfrentar tudo sozinha e acho que acabou pesando muito no psicológico dela e ela acabou afundando nas drogas”. Além de nunca ter tido nenhum contato com o pai, ele conta que, entre os pais dos seus dez irmãos, “o único que não abandonou foi o pai das minhas irmãs gêmeas menores, ele era taxista e acabou morrendo em um acidente... os outros, sem exceção” (Roberto, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

A casa lar... porque eu gosto mais de falar da casa lar, pois eu passei muito mais tempo, me identifiquei muito mais lá. Ela me trouxe muitas coisas boas. Me apresentou um lado da vida que eu não conhecia até então. Nunca tive o que eu tive na casa lar com a minha família. Mas o que eu tinha na minha família era muito amor por parte da minha avó. E, uma coisa que a casa lar me tirou, foi o tempo que eu poderia passar com a minha avó. Pois, quando eu saí, com dezoito anos, ela já estava acamada, com problemas sérios e não conseguia nem falar. Então, ela quase não estava lúcida. E, antes de eu ir pra casa lar, ela estava sã, estava caminhando. Sempre tomando um café, que ela tomava. Eu lembro até hoje. Saudade dela. Uma das forças que me proporciona ser sempre melhor na minha vida e buscar o melhor pra mim é a minha avó (Roberto, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

Roberto participou do documentário como protagonista. Durante as gravações, foi realizada uma atividade na qual foi solicitado que os participantes fizessem um desenho livre em uma cartolina que se encontrava no chão. Roberto desenhou a mãe, Lúcia. Ela se encontra sentada, chorando, com o rosto entre as mãos. No peito da mãe, desenhou um coração onde há uma casa e pessoas unidas, de mãos dadas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Roberto explica que fez este desenho porque acredita que hoje a mãe sente-se orgulhosa por saber que ele está participando de um documentário. Ele comenta que, quando a visita, ela costuma lhe pedir perdão, dizendo: “Tu sabe que eu sempre fiz o meu melhor, né, filho?”; “Eu sei, mãe!” (Roberto, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

RETRATO 5: “MÃE... OBRIGADA PELA MULHER QUE ME TORNEI” (MARCELA)

Marcela se autodeclara negra e tem 25 anos. A medida de acolhimento foi determinada ao grupo de sete irmãos quando ela tinha nove anos. Sobre o momento em que foram buscá-la, para que fosse levada ao acolhimento, Marcela relata que, primeiro, numa segunda-feira, foram os seus irmãos. Quando ela chegou em casa, após o horário escolar, encontrou a mãe chorando: “Daí eu cheguei, e a minha mãe chorava. [...] e ela estava chorando muito, assim... sentada na calçada da frente de casa. E daí ela disse que eles tinham ido para o abrigo e que eu iria na sexta” (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023). Entre os irmãos, ela foi a última: “eu era a única que não tinha ido ainda”. Marcela diz que não era comum encontrar a mãe em casa quando ela retornava da escola: “a gente saía para pedir. Daí ela pedia com os meus irmãos mais novos durante a semana e eu só podia ir final de semana, né”. Após saber da situação em que a família se encontrava, Marcela conta ter se preparado para ir para o acolhimento, junto dos irmãos:

[...] eu chorei horrores, mas eu entrei em casa e peguei tipo umas roupinhas, que eu achei que eram as minhas melhores roupas, botei numa sacolinha e disse para ela [a mãe]: diz para a Janete que eu amo muito ela. Janete era uma senhora que me cuidava. Na sexta-feira, eu estava brincando, tipo, eu lembro real, eu estava brincando de salão de beleza e daí subi a coordenadora [da escola] e disse “ah, tu tem que descer lá na direção”. Quando eu desci lá tinha um oficial e uma assistente social. Eu fui em um carrinho branco, no meio deles, assim, para não fugir (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

Ao refletir sobre as condições sociais em que se encontrava antes e após chegar a uma unidade de acolhimento, Marcela pontua: “eu achava, eu dizia quando eu entrei no abrigo que eu era pobre. Quando eu entrei no abrigo, e eu entrei na sexta e, tipo, de sexta pra segunda, eu me considerei uma pessoa bem de vida”. Na instituição ela “tinha uma cama” e “não dormia mais em cima das roupas sujas”: “eu dormia numa cama, e daí eu ganhei roupas limpas, roupas, sapatos”. Na segunda-feira, quando retornou da escola, sentiu que “era outro ser” e considera as diferenças: “eu já fui tratada de outra forma, então, era como se eu começasse a ser vista, sabe? É como se antes, a gente real não existisse, sabe? Fosse só crianças, tipo... largadas, infelizmente. O abrigo faz com que a gente possa ter outros olhares, assim, pra vida” (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023). Além das condições sociais em que a sua família se encontrava, Marcela faz referência aos sentimentos em torno do relacionamento com a mãe:

Quando eu entrei no abrigo, eu pensei: “eu não quero ser que nem a minha mãe”. Senti muita raiva dela nos primeiros anos, e ela faleceu logo em seguida. E eu senti raiva por ter sentido raiva [suspiro]. E, enfim, são muitas coisas né. Mas não deixa de existir amor. Tipo, eu amo a minha mãe. Amo a minha mãe e, apesar de toda a loucura, e é muita loucura, porque quando você vai entendendo as coisas... eu queria muito fazer Direito. E o abrigo me deu a possibilidade de entender os meus direitos e lutar pelos direitos das crianças que também estavam lá. Então, eu participei de conferências, viajei. Eu viajei, tá ligado? Então, sei lá, eu sinto sim que o abrigo me deu possibilidades, mas também me roubou muitos

sonhos, sabe? Me tirou a possibilidade de acreditar real que existe amor (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

O amor ao qual está se referindo é o “amor de família”, que ela traduz como “alguém que vai chegar e que vai me escutar ou perguntar se eu estou bem. E é isso que não tem, né... no abrigo, porque são duas monitoras para quinze, dezesseis crianças numa casa” (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

Em um jogo teatral proposto durante as gravações do documentário em que Marcela atua como uma das protagonistas, a oficina de teatro sugeriu que uma parte do corpo fosse escolhida para a escrita “do nome de uma pessoa que te escutou de verdade”. Marcela escreveu o nome da filha. No exercício seguinte, sugeriu-se a escrita “do nome de uma pessoa de quem sintas saudade”. Marcela escreveu o nome da mãe e explicou a sua escolha:

Eu sinto falta da minha mãe, por isso que eu coloquei o nome dela. Sinto muita saudade. Principalmente com a maternidade. Sinto falta de ter alguém pra me ajudar, pra conversar. Queria poder falar pra ela coisas que eu não pude falar. Sinto que onde ela está, ela sabe o que eu sinto por ela (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

Marcela escreveu e costuma recitar uma poesia biográfica em que expressa parte de sua trajetória e vivência familiar. Nesta poesia, encontramos elementos como as dificuldades enfrentadas pela situação de saúde de sua mãe, Denise, assim como a situação de vulnerabilidade econômica em que ela se encontrava. O amor e admiração pela mãe, também se encontram presentes.

Ouviu aquele julgamento da sociedade por ter vinte e um e ainda não estar na faculdade. Três namoros falidos, um relacionamento abusivo, nove anos viveu num abrigo e doía lembrar do que não foi vivido. É mãe, desculpa não te tirar do caminho do caixão, é que tu disse pra eu cuidar dos meus irmãos e eu tinha só sete. Quem me dera fosse dezessete pra lidar com aquela maldita que valia cinco. Aquela pedrinha que te levou à ruína, que fez eu ter pesadelos reais. Lembra? Sim, eu sou capaz. De cozinhar em latas de alumínio sobre grades de um fogão. De pedir meio quilo de polenta pra cinco irmãos ou quando tu me levou pra assistir a tua destruição. Sim, eu tô falando de prostituição. Pra dormir não tinha colchão. A saída era jogar umas roupas sujas no chão, e eu pensava: que vida, hein? Eu tinha a mãe mais bonita, uma preta guerreira, mãe solteira, aquela que põe os filhos acima de tudo. Mesmo sem ter tudo. E o que aconteceu? Nunca entendi. Tudo o que eu queria era fugir. E aos nove, presa no sistema, chorava. Apavorada, dilacerada. Aquela pedra de cinco me deixou sem nada: um vazio amargurado, com gosto do passado. E eu lembrava dela, com aquela lata na guela, nos seus olhos fissura, nos seus dedos queimaduras. Olhava, olhava, olhava e não era mais a minha mãe que eu enxergava. Eu e os meus irmãos viramos estatística, nada além de um dado, pra um abrigo fomos enviados e tivemos que fazer do passado um novo motivo pra continuar. Mãe, obrigada pela mulher que me tornei, pois foi sobre o teu exemplo que não fraquejei. Hoje tenho minha filha, minha família, meus irmãos, e sei que sou a revolução, de uma história que não se encaixa no padrão. Mas eu aprendi que estrelas não brilham só na escuridão. E eu sei que a vida pesa, e eu sei que dói. Mas não desanima... Todo mundo merece amor (Marcela, trecho de audiovisual, em maio de 2023).

ELEMENTOS DE UMA HISTÓRIA ÚNICA: POBREZA, AUSÊNCIA PATERNA E DROGADIÇÃO

Na palestra “Os perigos da história única”, Chimamanda Ngozi Adichie (2009) observa que a história única de um povo é produzida através da repetição infinita de uma única coisa. A autora chama atenção tanto para a história única do continente africano, como para o que ouvia quando criança, em sua família de classe média, sobre outras famílias nigerianas que não tinham a mesma condição social. Um dos exemplos dados pela autora para ilustrar seu argumento é o de um menino de quem a única coisa que ouvia dizer era que sua família era muito pobre:

Nunca havia pensado que alguém em sua família pudesse realmente criar alguma coisa. Tudo que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres, assim havia se tornado impossível pra mim vê-los como alguma coisa além de pobres. Sua pobreza era minha história única sobre eles (Adichie, 2009, n.p.).

Entendendo a história única como um dispositivo de produção de alteridades homogêneas, teremos histórias únicas cada vez que reduzimos alguém ou um grupo social a uma única característica. Em outro trabalho, Ribeiro (2016) propôs que o perigo da história única é algo que pesa sobre as crianças/adolescentes institucionalizados que tendem a ser descritos e imaginados a partir da falta⁶. Em contraponto a isso, a autora propõe que a etnografia pode produzir saberes que destotalizam as experiências de infância e que restituem a diversidade das relações que as compõem. Retomamos essa proposição a fim de identificar a história única que as recorrências identificadas nos cinco relatos permitem contar e, mais adiante, chamaremos atenção para outros aspectos que desestabilizam a história única.

Os contextos de vida e a condição em que as mães se encontravam quando a medida de acolhimento institucional foi determinada são bastante semelhantes nos relatos de nossos interlocutores. Ao menos dois destes três temas — condição de pobreza, ausência do pai e uso abusivo de droga — são mencionados por todos os jovens como estando diretamente relacionados à determinação judicial. A produção bibliográfica oriunda de diferentes áreas do conhecimento (Fávero; Vitale; Baptista, 2008; Fávero, 2018, entre outros) demonstra, claramente, a histórica relação entre pobreza e internação/abrigamento/acolhimento institucional de crianças e adolescentes ou entre pobreza e separação familiar. Dessa perspectiva, o acolhimento institucional é entendido como uma manifestação da “questão social”. Ainda que os elaboradores do ECA, com a intenção de evitar preconceitos de classe na aplicação da lei, tenham previsto a proibição

⁶ Em sua tese de doutorado, Janaína Gomes (2022) propõe pensar as sentenças de destituição do poder familiar como histórias únicas. A partir dos autos dos casos analisados e de suas sentenças, a autora problematiza o uso da pesquisa jurisprudencial como método de pesquisa empírica no direito, em função do perigo de reprodução de histórias únicas das mães destituídas do poder familiar.

legal de acolhimento institucional em razão de condições socioeconômicas, pesquisas recentes apontam o enquadramento da situação familiar nas categorias “negligência” ou “abandono” como uma solução que mascara a dimensão estrutural que subjaz ao acolhimento institucional (Diotti, 2018) e que precisaria ser enfrentada por meio de políticas públicas.

No âmbito dos estudos antropológicos focados em processos de produção institucional da infância, o uso da categoria “abandono” é tensionado e colocado em questão frente à condição de pobreza, à desigualdade social e à recorrente solidão das mulheres diante das necessidades das crianças, ao desespero que acompanha a maioria das situações ditas de abandono. A historiografia acerca dessas intervenções também evidencia suas estreitas relações com dinâmicas sociais relacionadas às desigualdades étnicas e de gênero, bem como o caráter indissociável da proteção e do cuidado das crianças/adolescentes em condições de precariedade e do controle e da punição de suas famílias, especialmente, das mães (Villalta, 2021). Se a rigor, conforme a legislação, a condição de pobreza não é uma razão suficiente para que uma criança seja separada de seus familiares, a ausência de renda, as condições de moradia e a falta de redes de apoio são fatores que pesam para a determinação dessa medida, recorrentemente justificada em função de condições classificadas como “negligência” (Mendes; Conceição, 2018). Em pesquisa etnográfica realizada em uma unidade de acolhimento em Curitiba, Aline Bonfá (2021) pontua que a chamada “negligência” normalmente está associada a “transtorno mental” e “uso de drogas”. Nos últimos anos, o acolhimento compulsório de filhos de mulheres designadas como usuárias de drogas e/ou em situação de rua tem sido tematizado em pesquisas acadêmicas e denunciado como uma prática recorrente, sobretudo, em relação a recém-nascidos. No âmbito da problematização dessas práticas, emerge a categoria “mães órfãs” em referência a mulheres cujos filhos foram colocados em acolhimento institucional em função de suas condições de vida (Gomes, 2017; Rios, 2017; Rosato, 2018; Sanctis, 2018; Sarmiento, 2020; Alves, 2020).

Nos relatos dos jovens, destaca-se a ausência paterna, que se expressa através da falta de referências ao pai nos discursos ou por menções que o colocam no lugar de agressor da mãe ou daquele que abandonou os filhos. Ao abordar a destituição do poder familiar, Eunice Fávero (2001) já apontava, há duas décadas, que as mães tendem a ser mais impactadas pela destituição, em razão do abandono paterno que permanece latente na sociedade. De acordo com a autora, é por isso que as razões para o acolhimento institucional giram predominantemente em torno da mãe, enquanto sobre o pai “pouco ou nada se fala” (Fávero, 2001, p. 18). Em seu estudo sobre culpabilização materna e abandono paterno, Jéssica Medeiros afirma que ocorre uma discrepância entre a quantidade de pais e mães consideradas como “pessoa de referência” no contexto de famílias afetadas pela medida de

acolhimento institucional, onde a maioria das “mães dos acolhidos são chefes das suas famílias e logo, responsáveis pelo sustento da casa” (Medeiros, 2016, p. 41). Para Eunice Fávero (2001), seria justamente por tais situações que a temática da destituição do poder familiar está diretamente relacionada às questões de gênero. Ademais, a autora argumenta que é preciso considerar que a realidade social das pessoas que perdem o pátrio poder se insere em um cenário de desigualdades no qual a figura paterna, em muitos casos, é alguém que foi excluído socialmente.

Observa-se, portanto, que o modo como os contextos familiares e a condição das mães são apresentados nos relatos de jovens entrevistados(as) é plenamente coerente com “o que se sabe” sobre as condições de vida recorrentemente presentes nessas situações de separação familiar. No entanto, para além desses temas recorrentes, os relatos dos jovens apresentam interpretações e abrem perspectivas que desestabilizam a imagem das “crianças e adolescentes do acolhimento” como sendo, simplesmente, crianças e adolescentes sem família ou abandonadas.

ENTRE MÃES E FILHOS: QUESTÕES DE SAÚDE, VISITAS E SENTIMENTOS

O interesse etnográfico pelo ponto de vista dos filhos nos estudos de parentesco e parentalidade visa expandir conhecimentos e multiplicar perspectivas sobre as relações familiares, vistas a partir de diferentes posições (Ribeiro, 2023; Sarcinelli; Martial; Martin, 2022; Sarcinelli, 2020; Ganne, 2014; Mason; Tipper, 2008). Tratando-se de filhos que viveram em acolhimento institucional, a ampliação de conhecimentos incorpora as experiências relacionadas a esta condição *sui generis* da infância em instituição, assim como multiplica perspectivas sobre as relações familiares daqueles que chegam ao acolhimento institucional, este dispositivo estatal de intervenção na família.

Em relação à experiência do acolhimento, os relatos aqui trazidos colocam em relevo o quanto a separação da mãe e/ou dos irmãos foi “difícil”, “desafiadora”. Como visto, a transição do ambiente familiar para a instituição é marcada, em distintos depoimentos, como uma passagem de difícil entendimento e assimilação. As diferenças observadas na comparação entre a realidade econômica familiar e a vivência em residências de acolhimento também é referenciada como marcante desse período de transição: Marcela teve a impressão de ter se transformado em “outro ser”, em alguém “bem de vida”; Roberto, quando chegou na casa lar, percebeu que sua realidade havia se transformado, que lá ele parecia “uma pessoa rica”.

Os relatos deixam entrever uma tendência de diminuição das visitas da mãe, e a interpretação dos filhos sobre esse fato o associa à dependência química, mas também às mudanças de instituição e às dificuldades colocadas pelo novo endereço ou pelas regras que

organizam as visitas. Ou seja, a interpretação trazida pelos jovens não responsabiliza exclusivamente a mãe pela diminuição das visitas. Ribeiro e Moraes (2015), em um texto em que retomam dados de um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (2013), interrogam a interpretação apresentada neste documento acerca da falta de visita de familiares. A saber, a repetição de um padrão de comportamento de negligência e de indiferença de familiares em relação aos seus filhos. Os autores sugerem que esta interpretação seria apressada e generalizante, na medida em que não leva em conta outros fatores que podem dificultar as visitas. A exigência de que a família “se organize para ter os filhos de volta”, por exemplo, pode implicar na busca de ocupações inconciliáveis com os horários definidos pelos serviços de acolhimento, assim como as distâncias e os valores de transporte que também podem dificultar as visitas e a efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária em acolhimento institucional.

A esses fatores, os relatos dos(as) jovens acrescentam as transferências de instituição e as diferenças entre elas como um outro entrave a ser considerado. De acordo com Rizzini e Couto (2019), as visitas familiares são um direito (Brasil, 1990) fundamental para a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares, especialmente quando fazem parte de um planejamento individualizado com vistas à reintegração familiar dos acolhidos. Isso corrobora o que o recente relatório produzido pelo Instituto Bem Cuidar e Aldeias Infantis SOS (Moraes, 2023) sugere acerca da necessidade de um maior entendimento sobre como as relações com as famílias de origem estão sendo mantidas ou não, e sobre a importância de avaliar se os serviços de acolhimento estão seguindo o que é indicado pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Este documento preconiza o fortalecimento dos vínculos familiares e a promoção do retorno seguro dos acolhidos para suas famílias de origem, sempre que possível.

Na interpretação de José Carlos, as frequentes visitas realizadas por sua mãe seriam um motivo de melhora na condição de saúde dela, ao passo que o cessar das visitas e a espera por notícias que não chegam marcam as descrições de rupturas familiares. Os depoimentos dos jovens evidenciam que, ao longo da vida na instituição, permanece o receio da separação dos irmãos e o percurso no acolhimento é relatado como uma sequência de rupturas que, além da mãe, diz respeito também a outras pessoas como irmãos, a avó, uma dinda, ou a Janete, a senhora que cuidava da Marcela. Esses relatos sobre separações familiares são carregados de referências a saudades, carinho, incompreensões e mágoas. O sentimento de culpa é referido nos depoimentos de Roberto e de Gisele. O primeiro conta sobre os pedidos de desculpa da mãe em relação à situação familiar e Gisele manifesta a dificuldade em perdoar a mãe. Diferente dela, que nunca mais teve notícias da mãe, Roberto, assim como André, mantém contato com as suas mães até hoje, enquanto José Carlos e

Marcela sabem que as suas faleceram no período em que estavam em acolhimento institucional.

Apesar de todas as dificuldades relatadas, predomina entre os jovens uma visão compreensiva em relação às dificuldades enfrentadas por suas mães. Como propõe Ribeiro (2023) a partir de uma pesquisa realizada com crianças numa instituição, o próprio fato de situarem a dependência química das mães como uma questão de saúde que teria sido determinante para o acolhimento institucional, pode ser entendido como um modo de desvincular a necessidade dessa medida, de algo que a mãe tenha feito contra os filhos. André e seus irmãos ainda hoje planejam ajudar Rosângela a fazer um tratamento em uma clínica de reabilitação, o que demonstra a persistência das dificuldades que estiveram na origem do acolhimento institucional das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da identificação de elementos semelhantes no contexto social de famílias que foram impactadas pela intervenção estatal, suas trajetórias não se resumem a uma história única. A dimensão estrutural das desigualdades sociais que permeiam o acolhimento institucional inclui as desigualdades de gênero que não influenciam apenas na destituição familiar, mas também se manifestam na histórica tendência de culpabilização materna. Ao observarmos as relações familiares pela lente de nossos interlocutores, identificamos dificuldades enfrentadas na transição do ambiente familiar para o acolhimento, mudanças de realidade econômica nesse período de transição, redução e interrupção de visitas familiares, entre outras vivências marcadas por vínculos, rupturas e lutos vividos entre a família de origem e aqueles que permaneceram nessas instituições até os dezoito anos de idade.

Ao contrário das “paisagens mentais” (Carvalho, 2001) e identidades sociais historicamente produzidas em torno das mães, a partir da disseminação de categorias como negligência, indiferença e abandono (Moraes; Ribeiro, 2015; Medeiros, 2016; Diotti, 2018), do ponto de vista dos filhos, predominam perspectivas compreensivas em relação à situação familiar. Os depoimentos apresentados apontam, em grande parte, para a dimensão estrutural subjacente à medida de acolhimento, em desencontro com a simples culpabilização materna. Exemplos disso incluem a não atribuição exclusiva de responsabilidade das mães pela redução de visitas familiares e o reconhecimento da dependência química como uma questão de saúde.

Os retratos familiares apresentados a partir da posição de filhos nas relações de Rosângela e André, Andreia e José Carlos, Marília e Gisele, Lúcia e Roberto, Denise e Marcela, não se limitam à reprodução de uma imagem ainda disseminada que estigmatiza as famílias de origem, e que afeta, sobretudo, as mulheres. Além do desencontro entre as imagens e

representações comuns acerca de quem são as crianças e adolescentes em acolhimento, suas perspectivas também acrescentam nuances e singularidades à imagem estereotipada associada às suas mães.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. *Technology, Entertainment and Design (TED)*, 2009. Disponível (com legenda em português) em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ALDEIAS SOS, Instituto Bem-Cuidar. **Informativo técnico do Instituto Bem-Cuidar**. Março, 2024.

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso**. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

ALVES, Ariana Oliveira. **“Quem tem direito a querer ter/ser mãe?”: dinâmicas entre gestão, instâncias estatais e ação política em Belo Horizonte (MG)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BONFÁ, Aline Moisés. **Dentre circuitos e moradas: etnografia de uma unidade de acolhimento para adolescentes no Paraná**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 8 jul. 2024.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 107–147, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832001000100005>

CARDOSO, Suliane da Silva. **“Com dezoito vai ter que sair”**: a idade como único critério para o desacolhimento institucional. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

CASTILHO, Julia Coutinho Nunes. **Reabilitação psicossocial no CERSAM: uma história de “vida”**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DIOTTI, Mariele Aparecida. **Histórias de vida (des) proteções sociais vivenciadas pelos familiares de crianças e adolescentes em acolhimento institucional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FÁVERO, Eunice Teresinha (Coord). **Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo socioeconômico**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam.** São Paulo: Paulus, 2008.

FÁVERO, Eunice. Famílias de crianças em acolhimento institucional: desproteção e invisibilidade social. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 3, n. 19, p. 58–73, 2018.

FONSECA, Claudia. Mães “abandonantes”: fragmentos de uma história silenciada. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 13–32, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100002>

FONSECA, Claudia. Redescubriendo la adopción en Brasil treinta años después del Estatuto da Criança e do Adolescente. **Runa**, v. 40, n. 2, p. 17–38, 2019. <https://doi.org/10.34096/runa.v40i2.7110>

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. Diversidade, desigualdade: os “direitos da criança” na prática: o sistema de abrigamento de crianças e adolescentes em Porto Alegre. // FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (Org.) **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico.** Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. p. 115–144.

FONSECA, Claudia; JARDIM, Denise; SCHUCH, Patrice; MACHADO, Helena. Tecnologias de governo: etnografias de práticas e políticas. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 46, p. 9–34, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832016000200001>

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GAMA, Pedro Gabriel Ferraz. **Casa de acolhida: sobre a experiência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento.** 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

GANNE, Claire. L’enfantalité en situation familiale complexe: regarder la famille du point de vue des enfants. **Enfances, familles, générations**, n. 20, p. 1–20, 2014. <https://doi.org/10.7202/1025327ar>

GOMES, Janaína Dantas Germano (Coord.). **Primeira infância e maternidade nas ruas da cidade de São Paulo.** Relatório de pesquisa. São Paulo: Lâmpião Conteúdo e Conhecimento, 2017.

GOMES, Janaína Dantas Germano. **O cuidado em julgamento: um olhar sobre os processos de destituição do poder familiar no estado de São Paulo.** 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MARTIN, Anaïs *et al.* Aux frontières de la parenté: une réflexion sur l’usage des marges dans les études contemporaines sur la parenté. **Emulations**, n. 32, p. 7–14, 2020. <https://doi.org/10.14428/emulations.032.01>

MASON Jennifer; TIPPER, Becky. Being related: how children define and create kinship. **Childhood**, v. 15, n. 4, p. 441–461, 2008. <https://doi.org/10.1177/0907568208097201>

MEDEIROS, Jéssica Santana Alves. **O abandono paterno e a culpabilização materna na política de acolhimento.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; CONCEIÇÃO, Cristiane Angélica Justino da. Pobreza e acolhimento institucional de crianças e adolescentes. **Revista Vértices**, v. 20, n. 3, p. 352–361, 2018. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v20n32018p352-361>

MORAES, José Carlos Sturza (Org.) **Vozes (in)escutadas e rompimento de vínculos**: pesquisa sobre crianças e adolescentes em cuidados alternativos, egressos/as e risco de perda de cuidado parental no Brasil: relatório de pesquisa. Poá: Instituto Bem Cuidar, 2023.

POTIN, Émilie. **Enfants placés, déplacés, replacés**: parcours en protection de l'enfance. Toulouse: Éditions Érès, 2012. <https://doi.org/10.3917/eres.potin.2012.01>

PRADA, Cynthia Granja; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. **Revista de Psicologia da Unesp**, v. 5, n. 1, p. 1–12, 2016.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Maternidades à margem: gravidez e nascimento numa instituição de proteção à infância. **História: questões & debates**, v. 47, n. 2, p. 139–155, 2007. <https://doi.org/10.5380/his.v47i0.12114>

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de “crianças e adolescentes” em contextos da “proteção à infância”. **Política & Trabalho: revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 43, p. 49–62, 2016.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Minha mãe é usuária: crianças e adolescentes como atores do parentesco e da parentalidade em acolhimento institucional. **Áltera**, n. 15, e01501, p. 1–23, 2023.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; MORAES, José Carlos Sturza de. Famílias e comunidades: entre direito, representações e práticas. //: SILVA, Fernando; GUIMARÃES, Beatriz (Orgs.). **Nas trilhas da proteção integral**: 25 anos do Estatuto da criança e do adolescente. Recife: Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, 2015. p. 166–187.

RIOS, Ariane Goim. **O fio de Ariadne**: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas. 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2017.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: Principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 19, p. 105–122, 2019. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>

ROSATO, Cássia Maria. **A vida das mulheres infames**: genealogia da moral de mulheres usuárias de drogas e/ou em situação de rua. 2018 Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SANCTIS, Raiza Braz Kirk de. **Crack, casa e família: uma etnografia sobre cuidados, (des) afetos e emoções**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.

SARCINELLI, Alice Sophie. Le(s) répertoire(s) de la parenté des enfants des couples de même sexe en Italie. *AnthropoChildren*, n. 9, p. 1–20, 2020. <https://doi.org/10.25518/2034-8517.3427>

SARCINELLI, Alice Sophie; Martial, Agnès; Martin, Anaïs (dir.). Enfants et descendants, des acteurs de la parenté. *Anthropologie et sociétés*, v. 46, n. 2, p. 11–20, 2022. <https://doi.org/10.7202/1093984ar>

SARMENTO, Caroline Silveira. **“Por que não podemos ser mães?”: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. <https://doi.org/10.48207/9786587289137-4>

VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil - séculos XVIII–XX**. Belo Horizonte: PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2010.

VILLALTA, Carla. Antropología de las intervenciones estatales sobre la infancia, la adolescencia y la familia. *Cuadernos de Antropología Social*, 53, p. 21–37, 2021. <https://doi.org/10.34096/cas.i53.10169>

ZONABEND, Françoise. Naître en marge. *Gradhiva*, n. 19, p. 49–51, 1996.

Recebido em 30 de janeiro de 2024.

Aprovado em 18 de junho de 2024.